



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

08 de Agosto 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 08/08/2014
Assunto: Leitura		Página: Online



EDITORIAL: EDUCAR PARA A LEITURA, JÁ!

"Se por um lado, a família não lê e a vizinhança não lê, é na escola que os alunos deveriam receber mais estímulo", afirma jornal

Fonte: A Gazeta (MT)

O hábito da leitura continua sendo um grande e indigesto angu de caroço na chamada Educação brasileira. Costume que deveria começar dentro de casa, com filhos imitando os pais, está longe de ser realidade por essas paragens tupiniquins. E se está certo o ditado popular que "costume de casa vai à praça", é natural que estejamos vendo crescer gerações cada vez mais distanciadas do gosto pela leitura. Sobretudo nessa era digital onde os apelos interativos são muito mais sedutores e descompromissados. E se os pais não leem em casa, não frequentam bibliotecas, seus filhos também não terão.

Um dado que chega (Prova Brasil 2011), para levar Educadores e pais a mais uma reflexão dessa natureza, revela que 57% dos Alunos da rede pública, que cursavam o 5º ano do Ensino médio em 2010, utilizaram as bibliotecas e salas de leitura das Escolas, sempre ou quase sempre. Entre os Alunos do 9º ano, esse percentual caiu para 29,9%. O levantamento foi disponibilizado pelo movimento Todos Pela Educação, e pode ser acessado no site do Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE).

Se por um lado, a família não lê e a vizinhança não lê, é na Escola que os Alunos deveriam receber mais estímulo. Mas será que os Professores brasileiros têm tido condições de ler? Será que a maioria deles considera importante a leitura a ponto de destinar parte de seus vencimentos à compra mensal de pelo menos um livro? Difícil responder, num país onde esses profissionais ainda precisam se acabar em dois ou três empregos para fazer um salário razoável que lhes dê condições de sustentar dignamente a família. Problema sério!

Mas o que acontece então se o levantamento apontou que 83,9% das bibliotecas não eram apenas depósitos de livros? Que as salas de leitura das Escolas contavam com acervo diversificado, 14,2% tinham brinquedoteca, havia espaços para estudo coletivo em 56,4% delas e 75,8% dos espaços estavam instalados em lugares arejados e bem iluminados, além de 78% das bibliotecas ou salas de leitura contarem com profissional responsável pelo atendimento aos Alunos? Alguém ajude a entender!



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Alguns especialistas atribuem essa queda em relação à leitura ao invasivo avanço tecnológico, outros analisam que o próprio currículo Escolar à medida que vai avançando, vai se distanciando do universo literário, já que outras disciplinas e uma carga muito grande de informações chega ocupando todos os espaços. Fazer o quê, então!

Se as consequências já são, há anos, visíveis a curto, médio e longo prazos, alguém nos ajude a entender, por favor!



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 08/08/2014
Assunto: denúncia		Página: Online



MEC DESTINOUS R\$ 2,7 BILHÕES PARA MATRÍCULAS SEM DOCUMENTAÇÃO EM 2011

Segundo a Pesquisa Controle de Qualidade do Censo Escolar, coordenada pelo Inep, há falta de comprovação completa em 1,6 milhão de matrículas

Fonte: UOL Educação

Em 2011, cerca de 1,6 milhão de matrículas do ensino fundamental não tinham documentação comprobatória completa -- o que significa, pelo menos, R\$ 2,7 bilhões de repasses a municípios e Estados. A comprovação completa, no caso, seria atender a três requisitos ao mesmo tempo: ficha de matrícula do aluno, nome do estudante no diário de classe e registro de sua frequência nesse diário.

As redes estaduais do Rio Grande do Norte, Amapá e Sergipe concentram mais matrículas irregulares.

O cálculo do repasse do governo é uma estimativa levando em conta o menor valor do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) às redes naquele ano (R\$1.722,05) para escolas urbanas. Esse montante representa 3% do total do Fundeb repassado aos anos iniciais do Ensino Fundamental ou cerca de 35% dos recursos fornecidos pela União ao fundo.

Segundo uma pesquisa encomendada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Pesquisa Controle de Qualidade do Censo Escolar, há falta de comprovação completa em 1,6 milhão de matrículas.

E por que somente agora se tem informação sobre um dado de três anos atrás? Porque o estudo, coordenado pelo Inep e realizado por uma consultoria particular, a Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing não havia sido divulgada publicamente -- a repórter só conseguiu obtê-la por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação) em maio deste ano.

Percentual baixo, mas alto número absoluto

De acordo com a publicação obtida pela reportagem -- um resumo da pesquisa de 70 páginas --, a conclusão é de que 6% das matrículas apresentam falhas na comprovação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(as 1,6 milhão de matrículas de que se falou anteriormente). Ao se analisar a comprovação de 94% dos dados, a conclusão dos especialistas é de que a qualidade do Censo é boa.

Mas eles também alertam para o alto número absoluto de matrículas sem comprovação completa. "Ainda que os 6% representem um número muito pequeno diante do universo de matrículas, há um erro e isso significa que o dinheiro está indo para onde não deveria", pondera a funcionária pública aposentada Maria Inês Pestana, ex-diretora da DEED (Diretoria de Estatísticas Educacionais) do Inep.

Especialistas criticam o fato de o Inep não ter divulgado amplamente as conclusões à sociedade, que ficaram prontas em 2012. O estudo foi realizado em 2011 e custou quase R\$ 3 milhões -- um trabalho de fôlego que visitou 4.555 escolas de ensino fundamental, em 1.888 municípios de todos os Estados brasileiros.

Uma nova edição do estudo está prevista para 2015, decisão que gera divergências entre os especialistas entrevistados pelo UOL.

Alunos fantasmas?

Ao comentar os resultados da pesquisa, o Inep informou que as 1,6 milhão de matrículas não se tratam de alunos inexistentes, pois o levantamento não indicou nenhum caso de fraude na prestação de informações. Para o órgão, o estudo "evidenciou, em alguns casos, má gestão e fragilidade na utilização e nos registros administrativos das escolas."

De modo geral, o ex-presidente do Inep Luiz Araújo concorda com as explicações da autarquia. No entanto, chama a atenção para um grupo de 208 mil registros que não possuem os três quesitos analisados pelo estudo (formulário de matrícula, nome no diário de classe e presença). "Apesar de representar um percentual pequeno em relação ao total de matrículas é preciso investigar", afirma.

A amostra foi composta de 4.555 escolas, 60.150 turmas e 1.610.452 matrículas, distribuídas entre as 27 Unidades da Federação e 1.888 municípios.

Escolas estaduais de RN, AP e SE são as que têm mais matrícula irregular. As redes estaduais do Rio Grande do Norte, Amapá e Sergipe concentram mais matrículas irregulares -- ou seja, que apresentam as maiores discrepâncias entre o que foi informado ao Censo da Educação Básica -- levantamento no qual o governo federal se baseia para o repasse de recursos -- e o que foi estimado em um estudo realizado por um consultoria privada para medir a qualidade das informações desse levantamento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo a Pesquisa Controle de Qualidade do Censo Escolar, coordenada pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e realizada pela Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing, há falta de comprovação completa em 1,6 milhão de matrículas para o ano de 2011, quando o estudo foi realizado. Até este ano, os resultados não haviam sido tornado públicos.

No topo da lista das redes estaduais com maior percentual de diferença entre o informado ao Inep e o estimado pelo estudo estão o Rio Grande do Norte (37% -- cerca de uma em três matrículas), Sergipe (27% - cerca de uma a cada quatro) e Amapá (25%, exatamente uma em quatro matrículas com problemas).

Questionada sobre o problema, a assessoria de imprensa da secretaria do Estado do Rio Grande do Norte atribui a diferença à migração de sistemas no período em que o estudo se realizou. Em 2010, segundo a pasta de Educação, foi criado um sistema informatizado para a administração da rede, o SIGeduc (Sistema Integrado de Gestão da Educação) e, "agora, esses dados da matrícula no SIGeduc estão sendo integrados com o Censo Escolar".

O mesmo argumento foi apresentado pela secretária estadual de Educação de Sergipe, Hortência Maria Pereira Araújo. Ela afirmou que "a pesquisa em questão não levou em consideração a realidade da educação pública estadual de Sergipe, uma vez que o formulário de matrícula foi substituído pelo cadastro no Siga (Sistema de Gestão Acadêmica), desde 2010". Também acrescentou um problema de 2011: a gráfica vencedora do pregão para os diários de classe em papel não cumpriu os prazos de entrega.

Já secretaria estadual de Educação do Amapá não se pronunciou sobre o fato de uma em cada quatro matrículas não ter comprovação. Procurada pela reportagem, não enviou resposta até o fechamento deste texto. Se a pasta decidir se pronunciar, sua resposta será acrescentada.

As maiores diferenças foram encontradas nas regiões Nordeste e Norte, que apresentaram, em termos relativos, o maior percentual de alunos sem documentação comprobatória: 12% e 7%, respectivamente.

Sem retorno do dinheiro

Questionada sobre as ações realizadas e possíveis deduções ou devoluções do repasse do Fundeb, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), instituição do MEC (Ministério da Educação) responsável pelo repasse, não respondeu.

A assessoria de imprensa da CGU (Controladoria Geral da União), instituição responsável por fiscalizar os gastos públicos do governo federal, declarou conhecer os resultados da pesquisa e afirmou que eles têm sido utilizados como subsídios para a realização de ação de controle voltada à avaliação do Censo Escolar. "A finalidade primordial é prever e mitigar os riscos durante a coordenação, execução e acompanhamento do Censo. Todavia, o trabalho da CGU não está sendo feito necessariamente nos mesmos entes subnacionais avaliados pela citada pesquisa".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a falta da documentação completa de alunos não significa que estes não existam.

Confira tabela aqui.

Inep quer realizar outra pesquisa sobre o Censo Escolar em 2015

O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) planeja uma segunda edição da Pesquisa Controle de Qualidade do Censo da Educação Básica em 2015 -- as informações foram fornecidas pela própria instituição. A primeira edição desse levantamento foi feita em 2011 e constatou que 6% das matrículas apontadas no Censo não possuíam comprovação documental completa.

A intenção da autarquia é monitorar e avaliar as ações empreendidas pelas redes de ensino após o diagnóstico de 2011, um estudo realizado pela consultoria particular Datamétrica e que saiu por quase R\$ 3 milhões.

Luiz Araújo, especialista em educação, ex-presidente do Inep e presidente do PSOL, acredita que seria mais barato incluir algumas questões específicas sobre como as escolas mantêm seus registros no próprio questionário do Censo Escolar. O Inep descarta essa possibilidade. Por meio de nota, o instituto justifica: "Conforme evidenciado pela Pesquisa de Controle de Qualidade, uma das principais fragilidades é a não utilização ou a utilização inadequada dessa documentação e não a sua inexistência."

Já a ex-diretora do Inep Maria Inês Pestana considera que pesquisas como essas são necessárias, apesar do alto custo. "Dados como esses podem se transformar em indicadores de desempenho do trabalho realizado pelo próprio Inep, que pode ter metas para que nas próximas edições da pesquisa sejam reduzidos gradualmente o número de matrículas sem documentação até o patamar que a sociedade entenda como aceitável."

Divulgação ampla é essencial

Para o professor José Marcelino Pinto, da USP (Universidade de São Paulo), antes de pensar na próxima pesquisa, o Inep deve divulgar amplamente todos os resultados do levantamento que já foi realizado. "É fundamental disponibilizar essas informações para ampliar o controle social sobre as medidas que estão sendo tomadas para aperfeiçoar os processos de coletas do Censo", afirma.

"Sabemos o quanto o Inep tem aperfeiçoado os mecanismos de controle do Censo Escolar, mas é inaceitável que o estudo não tenha sido amplamente divulgado", critica Marcelino Pinto, que também exerce a presidência da Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Maria Inês concorda: "O Inep tem divulgar. Se não, precisar justificar porque não o fez. Todo o financiamento da educação tem como referência o número de alunos, por isso é preciso acompanhar se o dinheiro está chegando do jeito correto."

Divulgou. Só que não

Questionado sobre o porquê da não divulgação dos resultados da Pesquisa Controle de Qualidade do Censo Escolar, o Inep responde que "esses resultados foram amplamente divulgados para os gestores responsáveis pelas informações nas secretarias de Educação". Segundo o órgão, eles não são restritos.

No entanto, pelo menos três secretarias estaduais de Educação (do Rio Grande do Norte, de Sergipe e do Amapá) afirmaram desconhecer os números da pesquisa. Esses três Estados têm as redes estaduais com maiores percentuais de discrepância, 37%, 27% e 25%, respectivamente, e foram questionadas sobre o assunto pela reportagem, que enviou o documento da pesquisa para que eles pudessem responder.

Até a publicação deste texto, o Inep ainda não havia disponibilizado o relatório completo da pesquisa com o detalhamento do trabalho de campo realizado; a análise descritiva dos resultados do levantamento, por estrato de interesse e as recomendações estratégicas para solucionar os problemas encontrados. Este é um dos produtos que a empresa se comprometeu a produzir.

Para Inep, falta de documentação não significa aluno fantasma

Para o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a falta da documentação completa de alunos não significa que estes não existam. Segundo um estudo encomendado pela instituição em 2011, a Pesquisa Controle de Qualidade do Censo Escolar, cerca de 1,6 milhão de matrículas daquele ano não possuíam todos os registros comprobatórios ao mesmo tempo -- ficha de matrícula, nome do aluno no diário de classe e presença por três meses.

O levantamento, pondera o Inep, não indicou caso de fraude na prestação de informações. Para o órgão, o estudo "evidenciou, em alguns casos, má gestão e fragilidade na utilização e nos registros administrativos das escolas."

Entre as 1,6 milhão de matrículas (6% do total), 891,5 mil apresentaram ficha de matrícula e diário de classe, mas não registro de frequência nos meses analisados; 400 mil possuíam fichas de matrícula, mas não estavam no diário de classe; 100 mil não tinham ficha de matrícula, apenas diário de classe; e 208,4 mil não apresentaram nenhum registro.

O repasse de verbas feito pelo governo federal aos Estados e municípios é realizado com base na quantidade de alunos informada ao Censo da Educação Básica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Verificação dos números

Maria Inês Pestana, funcionária pública aposentada e ex-diretora do Inep, explica que, antes de serem divulgados, os dados do Censo Escolar passam por processos de análise e consistência das informações. Por exemplo, se o sistema localizar um mesmo aluno matriculado em duas escolas diferentes, o Inep solicita que as redes de ensino confirmem em qual unidade a frequência está sendo realizada, para só então fechar a base de dados. A identificação do aluno é feita por meio do CPF do responsável.

Segundo Luiz Araújo, ex-presidente do Inep e presidente nacional do PSOL, algumas situações podem explicar o fato de 891,5 mil matrículas terem ficha de matrícula, mas não diário de classe e frequência. Se o aluno faz a matrícula em duas escolas ao mesmo tempo, mas com o início das aulas passa a frequentar apenas uma delas, "as redes não podem ser penalizadas com corte no repasse dos recursos". Ele completa: "Mesmo que a matrícula não se efetive, foi criada uma demanda e com ela a necessidade de garantir o atendimento, foi formada a turma e contratado professor", argumenta.

Já em relação às 208 mil matrículas sem ficha de matrícula e diário de classe, Luiz Araújo acredita que pode sim ser um indício de fraude. "Apesar de representar um percentual pequeno em relação ao total de matrículas, é preciso investigar", afirma.

Em nota, o Inep informa que foi criado, em 2011, um grupo de trabalho formado por funcionários do próprio órgão e da CGU (Controladoria Geral da União), com o intuito de analisar e propor melhorias nos processos do Censo Escolar. Uma das ações implementadas foi o mapeamento de riscos por base territorial: "a relação de municípios que fazia parte do mapa de riscos do Censo Escolar no ano de 2012 foi comparada aos municípios das redes de ensino onde foram constatadas fragilidades na documentação acadêmica e administrativa da escola. Aquelas que coincidiram (com os da pesquisa Controle de Qualidade do Censo Escolar 2011) foram alvo, em 2012, da Inspeção in loco", afirma o órgão em nota.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 08/08/2014
Assunto: Mediação	Página: Online	



OPINIÃO: COMUNICAÇÃO E MEDIAÇÃO DOCENTE

"Como educadores, precisamos estar sempre atentos à comunicação em sala de aula", afirma Leo Fraiman

Fonte: UOL Educação

Uma comunicação eficaz faz toda a diferença na relação dos pais com seus filhos e na dos educadores com seus educandos. Na verdade, todo relacionamento precisa de boa comunicação. Ela é a base da nossa sobrevivência: mesmo sem palavras, nos comunicar nos ajuda a sair do berço, a transpor os primeiros obstáculos de nossas vidas, a fazer amigos e a construir nossa identidade como indivíduos.

Como educadores, precisamos estar sempre atentos à comunicação em sala de aula. A Teoria da Comunicação estuda o que ajuda a comunicação a transitar melhor entre uma pessoa e as demais. Um primeiro conhecimento surgiu em 1970, com o trabalho do pesquisador americano e antropólogo Birdwhistell. Ele apontou algo que o senso comum já mostrava: as expressões muitas vezes dizem mais que as próprias palavras. Ele descobriu que 35% do significado social de uma conversa correspondem às palavras; os restantes 65% referem-se aos elementos não verbais da comunicação.

Poucos anos depois, em 1976, outro americano, Mark Argyle, mostrou que esse processo é ainda mais profundo e descobriu que a percepção de uma pessoa advém de 7% de elementos verbais; de 38% de elementos paraverbais – tom, voz, volume, ritmo, pausa –; e de 55% de expressões faciais.

É fácil notar isso no dia a dia. Todo mundo já deve ter passado por uma situação em que a pessoa apresenta o conteúdo mais interessante do mundo, mas não ouvimos, porque ela fala baixo, para dentro, muito alto, rápido ou devagar demais.

Ao nos comunicar com nossos alunos, portanto, precisamos atentar para alguns pontos comunicativos como: estilo, percepção, gestos e expressões faciais, espontaneidade, ritmo e inflexão de voz, eloquência, respiração, dicção, persuasão e improviso. São ferramentas indispensáveis para o bom orador, que deve estar atento a todos os estímulos que surgem durante o discurso e adaptar sua fala a eles. Um exemplo é ajustar o volume da própria voz ao tamanho e à acústica do ambiente.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Cabe ao ritmo e à inflexão da voz ajudar a determinar os pontos ou assuntos mais relevantes da fala. Por meio deles imprimimos a emoção no que está sendo dito, sem necessidade de muita gesticulação. A dicção, por sua vez, é a pronúncia correta e precisa das palavras, o que torna a fala mais respeitável e confiável. Ela está relacionada diretamente com a respiração correta e facilita a compreensão.

Apenas o orador que conhece o assunto pode senti-lo, emocionar-se e vivê-lo para, assim, conseguir impressionar, conduzir e "tocar" seus ouvintes.

*Leo Fraiman é psicoterapeuta, escritor e palestrante



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 08/08/2014
Assunto: Estudos		Página: Online



TRÊS EM CADA QUATRO MORADORES DE FAVELA DIZ QUE SÓ É POSSÍVEL SUBIR NA VIDA COM MUITO ESTUDO

Fazer faculdade é um projeto de 1,4 milhões de pessoas que vivem nestas comunidades

Fonte: R7

A grande maioria dos jovens que moram nas favelas brasileiras (76%), concorda totalmente (48%), ou em parte (28%), que só é possível progredir na vida com muito estudo. Hoje, fazer faculdade é um projeto de 1,4 milhões de pessoas destas comunidades, onde vivem 11,4 milhões de brasileiros.

Renato Meirelles, diretor da empresa de pesquisa Data Popular, explica porque a educação foi identificada como uma das principais aspirações dos jovens numa pesquisa chamada Radiografia das favelas brasileiras, que originou o livro "Um País chamado favela" (Editora Gente), lançado hoje (7).

— Eles [moradores de favela] sabem que a educação é uma das poucas coisas que não pode ser tomada. O governo pode cortar o bolsa família, o patrão pode tirar o emprego, mas aquilo que aprendemos fica. Além disso, o salário médio dos trabalhadores aumenta cerca de 15,7% a cada ano de estudo.

Meirelles, que se tornou um especialista em pesquisas junto aos consumidores da classe C, conta que o estudo se tornou uma espécie de "seguro" para essa parcela da população porque os pais apostam que a educação trará menos restrição para seus filhos.

Segundo o Data Popular, 73% dos jovens de favela com idade entre 18 a 30 anos já estudou mais que seus pais. Isso significa que eles concluíram pelo menos o ensino fundamental. Na parcela mais rica da população, esse percentual cai para 30%.

Livros ainda são raridade

Se por um lado a educação é percebida como um bem que melhorar as condições de vida, os livros, principais canais usados na transmissão do conhecimento escolar, ainda são raridade nas comunidades carentes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em 38% dos domicílios das favelas do País não há ao menos um livro. Em 35% deles, encontram-se de um a dez. Apenas 5% das moradias possuem uma biblioteca familiar, com mais de cinquenta livros. Menos de um terço, ou seja, 27% dos moradores das favelas leram ao menos um livro (exceto a Bíblia) no último ano.

Para Mauricio Fanganiello, vice-presidente de negócios editoriais da Saraiva, o preço ainda é a principal barreira que impede a disseminação dos livros.

— Neste ponto, o digital traz como possibilidade de acesso para a chamada Classe C porque reduz os preços, que no geral ficam 30% mais baratos.

Meirelles, do Data Popular, concorda que o preço dos livros aliado ao alto índice de analfabetismo detectado entre a parcela mais velha da população das favelas são os principais motivos que dificultam a disseminação dos livros.

A pesquisa Radiografia das favelas brasileiras foi realizada em setembro de 2013, pelo Data Favela, com 2.000 pessoas. Foram entrevistados moradores de 63 favelas, de dez regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 08/08/2014
Assunto: Reforma curricular		Página: Online



OPINIÃO: METAMORFOSE AMBULANTE

"Não adianta mais produzir reformas curriculares sem ouvir os jovens, o que eles pensam, o que querem e o que sonham", afirma Mozart Neves Ramos

Fonte: Correio Braziliense (DF)

O Brasil passa por um momento de grandes transformações, que ainda não são suficientes para colocar o país no trilho de um desenvolvimento sustentável. São tempos que nos revelam com muita força a real necessidade de ousar e de liderar processos em áreas estratégicas como a Educação. Nessa área em particular, não há mais tempo a perder.

Avançamos, não há dúvida, mas são ganhos insuficientes em função dos enormes desafios que o país tem pela frente, especialmente no que se refere à formação e valorização dos Professores, à Escola do jovem e ao currículo para uma Escola do século 21, entre outras questões. E é exatamente a este último tema que eu gostaria de dedicar este espaço de debate.

O país precisa oferecer, em escala, no sentido da universalização da oferta, uma Escola de qualidade para nossos jovens. Isso implica Escola que dialogue com seu mundo (o do século 21) e o acolha com paixão — Professores bem-formados, motivados, valorizados, que se façam respeitar, alinhados a currículo que responda aos desafios impostos pelos novos tempos de mudanças exponenciais, não mais lineares. Isso exige coragem e ousadia para pensar “fora da caixa”.

Não adianta mais produzir reformas curriculares sem ouvir os jovens, o que eles pensam, o que querem e o que sonham. Hoje oferecemos uma Escola sem sintonia com o mundo, em que o foco é o excesso de disciplinas em detrimento da criação e da inovação.

Não dá mais para pensar o futuro desses jovens olhando apenas pelo retrovisor. As descontinuidades tecnológicas têm sido dramáticas, não estamos sendo capazes de captá-las na velocidade do mundo juvenil. O currículo da nova Escola deve estar articulado com essas mudanças, saindo do formato rígido para o flexível.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os jovens não são iguais e deveríamos permitir-lhes a flexibilidade de escolher aquilo que gostariam de estudar e aprender. Os dois últimos anos do Ensino médio seriam dedicados a essa flexibilidade, enquanto o 9º ano do Ensino fundamental e o 1º do Ensino médio representariam a base comum para todos, em termos de transição articulada entre um nível e outro.

Os cenários futuros estão a exigir maior integralidade do ser humano, capaz de alinhar o desenvolvimento cognitivo com o socioemocional ou não cognitivo, como alguns preferem chamar. E o Ministério da Educação, por meio da Capes, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, deu passo importante nessa direção ao lançar um programa de formação, pesquisas e estudos no campo das habilidades socioemocionais.

O programa, apresentado na forma de edital, prevê a criação de uma rede de universidades que terão a missão de gerar uma “massa crítica” qualificada nessa área em nosso país. Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação (CNE) encontra-se empenhado na elaboração de um parecer e de uma resolução visando a sua regulamentação.

Observa-se também em nosso país enorme esforço no sentido de articular os novos conhecimentos no campo das neurociências com as práticas pedagógicas, como recentemente ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande (Furg). No belo artigo intitulado “O diálogo entre a neurociência e a Educação: da euforia aos desafios e possibilidades”, a profa. Leonor Guerra, da UFMG, afirma com muita propriedade: “As neurociências não propõem nova pedagogia, mas fundamentam a prática pedagógica que já se realiza, demonstrando que estratégias pedagógicas, que respeitam a forma como o cérebro funciona, tendem a ser mais eficientes”.

Não há dúvida de que estamos em outro patamar em termos de pensar a formação do Professor e o currículo de uma nova Escola. Isso exige enorme responsabilidade daqueles que devem promovê-los. Uma política educacional inovadora, capaz de dialogar com os novos tempos, exige, como sugeri, pensar “fora da caixa”, ter disposição para mudanças. Parafraseando o saudoso Raul Seixas, é preferível “ser essa a ter aquela velha opinião formada sobre tudo”. Ou ousamos agora, ou pagaremos caro num futuro próximo.



Veículo: Semanário Catarinense	Editoria: Pelo Estado	Data: 08/08/2014
Assunto: Retorno as aulas		Página: 08

Semanário Catarinense

Mais de meio alunos da milhão de educação estadual retornam às aulas

Mais de 500 mil estudantes voltaram às aulas na segunda-feira, 4 de agosto, na rede estadual de educação. No Estado, são 1.100 escolas ao todo. O secretário da Educação, Eduardo Deschamps, explicou que o recesso foi de 15 dias e segue o calendário estipulado pela Secretaria de Estado da Educação (SED), com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A lei prevê o cumprimento mínimo de 200 dias letivos.

Nesses 15 dias, os professores participaram de uma semana de Formação Continuada promovida pelas Gerências Regionais de Educação (Gered). Foram abordados assuntos como avaliação, planejamento, ensino-aprendizagem e outras diretrizes para a educação básica. Os educadores também tiveram uma semana para planejamento das aulas do segundo semestre.